

Universitários flexíveis: a gestão dos talentos no capitalismo contemporâneo

Roberto Rafael Dias da Silva*

Resumo

O presente artigo examina algumas estratégias de constituição dos sujeitos universitários na contemporaneidade, procurando compreender os modos pelos quais seus talentos são produzidos e administrados nas tramas do novo capitalismo. Parte-se de uma pesquisa que analisou o Caderno Vestibular/ZH, suplemento publicado pelo jornal *Zero Hora* (RS), endereçado aos estudantes em processo preparatório para ingresso na universidade. Tal pesquisa aproxima-se teoricamente dos estudos do filósofo Michel Foucault, em especial daqueles centrados no conceito de governamentalidade. No limite, indica-se que o suplemento colocado em análise é produtivo em táticas e em estratégias que tendem a constituir um sujeito universitário produtivo economicamente, capaz de gerir sua vida pessoal e profissional em uma lógica empresarial.

Palavras-chave: Universitários; Talento; Mídia contemporânea.

Flexible college student: the management of talents in the contemporary capitalism

Abstract

This article examines strategies for building some of the subjects in the contemporary university, seeking to understand the ways in which their talents are produced and administered in the framework of the new capitalism. In the study supplement Vestibular ZH is examined. It is published by Zero Hora (Brazil), addressed to students in the preparatory process to enter the university. This research work approaches the theoretical studies by the philosopher Michel Foucault, especially those focusing on the concept of governmentality. In the limit, it indicates that the supplement analyzed is plenty of tactics and strategies that tend to construct a university-level beings who are economically productive, and able to manage their personal and professional life in a businesslike logic.

Keywords: University; Talent; Contemporary media.

* Professor da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS) – Campus de Erechim/RS. Doutorando em Educação (Unisinos).

Ao produzir alguns entendimentos acerca dos modos de constituição dos sujeitos na contemporaneidade, emerge com bastante força das teorizações foucaultianas a noção de governo. Poder-se-ia, talvez, afirmar, seguindo as orientações do próprio Foucault, que sujeito e governo sejam o centro analítico de sua produção. Supondo que governar não é o mesmo que reinar ou comandar, nem é algo aprisionado a um sujeito ou função, indica-se que “o governo consubstancia uma certa forma de atingir fins políticos, mas que é descrita pela ação calculada sobre as forças, as atividades e as relações que constituem o conjunto da população” (Ó, 2003, p. 29). Dito de outra forma, estuda-se a governamentalidade desde as exterioridades, procurando deslocar-se das instituições, das funções sociais e do privilégio dos objetos (FOUCAULT, 2008). Interessa, enfim, pensar a constituição de tais sujeitos desde as táticas e as estratégias mobilizadas ou, ainda, desde as racionalidades governamentais (FOUCAULT, 2008).

A produção deste artigo é derivada de uma pesquisa que tomou como questão investigativa os modos pelos quais os sujeitos universitários são constituídos na contemporaneidade, tomando como preferência analítica os regimes de práticas que emergem das capas dos cadernos “Vestibular/ZH”, suplemento publicado semanalmente pelo jornal *Zero Hora* (RS), endereçado aos estudantes que aspiram ao ingresso na universidade. Do ponto de vista metodológico, em um primeiro momento, partiu-se de uma leitura dos enunciados que irrompiam das tramas enunciativas do referido material. Tal leitura partia de uma compreensão desses materiais enquanto *monumentos* (FOUCAULT, 2007), que poderiam ser lidos em seu volume e em sua exterioridade. Em um segundo movimento investigativo, esta leitura das exterioridades busca tornar visíveis os regimes de práticas que conduziam as condutas desses sujeitos, uma vez que tal inspiração trata-se “de um estudo das práticas organizadas através das quais somos governados e governamos a nós mesmos, o que chamaremos aqui de regimes de práticas ou regimes de governo” (DEAN, 1999, p. 18).

Considerando a pesquisa em questão, assim como a teorização que orientou tais movimentos investigativos, procura-se mapear, neste breve artigo, algumas das táticas de gestão dos talentos dos sujeitos universitários que se multiplicam nas tramas enunciativas do caderno Vestibular/ZH. O sujeito universitário produzido na cultura do novo capitalismo (SENNETT, 2006) é encaminhado a lançar-se na busca pelo sucesso em um mercado que prima por aqueles aptos a mudanças rápidas e ao empreendedorismo. Tal tática produz ressonâncias na administração das subjetividades, assim como na gestão das carreiras dos sujeitos universitários. Para visibilizar esta argumentação, este artigo foi organizado em três seções.

Na primeira seção, apresentam-se os modos de governar no liberalismo contemporâneo, procurando marcar as condições de possibilidade da investigação desenvolvida. Na segunda seção, descrevem-se algumas das configurações contemporâneas do mundo do trabalho. Na terceira seção, tenta-se mos-

trar algumas das táticas mobilizadas pelo Caderno Vestibular/ZH na gestão dos talentos desses sujeitos. No limite, esta teorização encaminha para uma perspectiva em que os sujeitos universitários são constituídos na contemporaneidade sob uma lógica empresarial, tendo suas condutas conduzidas por um conjunto de regimes de práticas visibilizados nas capas do caderno Vestibular/ZH, onde se multiplicam estratégias e táticas microfísicas de gestão governamental.

Administração contemporânea das subjetividades

Interessa dizer que a administração contemporânea das subjetividades tem se caracterizado pelo menos por três aspectos, tal como explica Rose (1999). A primeira caracterização seria que, cada vez mais, as capacidades pessoais e subjetivas das pessoas têm sido agregadas aos interesses e aos projetos públicos. A segunda caracterização remete à ideia de que “a administração da subjetividade tem se tornado uma tarefa central da organização moderna” (ROSE, 1999, p. 32). A terceira, decorrente das anteriores, é que se tem assistido ao aparecimento de um conjunto de novos especialistas das subjetividades: terapeutas de várias ordens têm povoado os diferentes campos sociais com a intenção de administrar as condutas dos sujeitos. Entretanto, ainda cabe destacar que os próprios sujeitos são chamados a gestionar suas subjetividades, levando para o interior destas um dos princípios das democracias liberais.

Os cidadãos de uma democracia liberal devem se regular a si próprios; os mecanismos de governo constróem-nos como participantes ativos em suas vidas. Não se pensa mais que o sujeito político seja motivado meramente por um cálculo de prazeres e de dores. O indivíduo não é mais, naquilo que concerne às autoridades, meramente o possuidor de capacidades físicas a serem organizadas e dominadas através da inculcação de padrões morais e hábitos comportamentais. (ROSE, 1999, p. 43)

Sistematicamente, pode-se entender que as estratégias e as táticas de governo das subjetividades operam infiltrando-se, minuciosamente, no “processo de regulação no interior mesmo de nossa existência e experiência como sujeitos” (ROSE, 1999, p. 43). Seguindo as pistas de Foucault e de alguns de seus comentadores, em especial nos estudos ligados à emergência da biopolítica, entende-se que o sujeito universitário constituído nas tramas do neoliberalismo apresenta-se como “um empresário de si mesmo”. Aponta-se, especialmente no neoliberalismo americano, uma generalização da forma empresarial em todos os regimes de condução das condutas (GORDON, 1991). No jogo da empresa, entendido como princípio organizador das sociedades neoliberais, a condição de sujeito é vista como “assumindo a forma de uma espécie de individualismo que envolve moldar a vida da pessoa como a empresa de si mesmo” (PETERS, 2002, p. 221).

Roberto Rafael D. da Silva

Explorando um pouco mais expressões como “empresa”, “cultura de empresa” ou mesmo “jogo da empresa”, nota-se que elas passam a constituir todo um vocabulário pedagógico e psicológico da contemporaneidade.

Elas fornecem, ao mesmo tempo, uma análise da mudança e uma prescrição para ela: a educação é um setor-chave na promoção da vantagem competitiva econômica nacional e na prosperidade nacional futura. No passado, houve uma ênfase demasiada nos objetivos sociais e culturais e uma ênfase insuficiente nos objetivos econômicos dos sistemas educacionais. Daqui para diante, devemos investir pesadamente na educação como a base para um crescimento econômico futuro, redesenhando os sistemas educacionais de forma que atendam às necessidades do comércio e da indústria. O imperativo econômico é o que predomina. (PETERS, 2002, p. 222)

Observa-se, na descrição dos processos educativos do neoliberalismo americano feita por Peters, que a educação exerce uma função central como base para o desenvolvimento econômico, o grande imperativo dessas sociedades. Nos cenários de uma administração das subjetividades e de um empresariamento de si, a outra grande noção, associada a estas, que ganha visibilidade é a de “gestão”. Há uma pulverização discursiva dessa palavra (gestão cultural, gestão alimentar, choque de gestão, gestão corporativa etc.) em diferentes espaços sociais. Utiliza-se essa noção como elemento articulador das táticas descritas neste breve texto. Apontam-se, ainda, como táticas de condução das condutas dos sujeitos universitários, a gestão dos corpos, a gestão dos tempos, a gestão das carreiras e a gestão das mentes. Pretende-se constituir, neste momento, um campo de visibilidades para uma dessas táticas.

Novas configurações do mundo do trabalho

Ao longo das últimas décadas, um conjunto de modificações nas sociedades contemporâneas tem produzido ressonâncias no mundo do trabalho. Talvez, há bastante tempo, os entendimentos acerca do trabalho estejam deslocando-se daqueles lugares fixos e estáveis que pretendiam as teorizações clássicas nas ciências sociais. Um dos precursores nas análises que apontam as novas condições do trabalho foi o sociólogo Daniel Bell, ao utilizar, no início dos anos 1970, a expressão “sociedade pós-industrial” (BELL, 1977) como uma diferenciação daquela configuração centrada nas relações do trabalho fabril, predominante desde o final do século XVIII. Bell fez alguns ensaios tentando mostrar que os modelos centrados na organização fordista da produção, com suas linhas de produção e regimes disciplinares de trabalho, estavam em um rápido processo de deslocamento.

O sociólogo apontava que as condições daquela sociedade que nomeou de “pós-industrial” estariam permeadas por um conjunto de novos valores,

Universitários flexíveis: a gestão dos talentos no capitalismo contemporâneo

diferenciados da sociedade alicerçada na industrialização. A sociedade moderna ocidental estaria sofrendo modificações em sua estrutura social, em sua organização política e em sua cultura.

A estrutura social abrange a economia, a tecnologia e o sistema ocupacional. A política rege a distribuição do poder e resolve os conflitos decorrentes das reivindicações e exigências dos indivíduos e dos grupos. A cultura constitui o domínio do simbolismo expressivo e dos significados. (BELL, 1977, p. 25-26)

Conforme o sociólogo, as estruturas sociais da sociedade industrial estavam ancoradas em um princípio de acumulação; os sujeitos e as empresas destinavam suas forças de trabalho para acumular capital na busca de prosperidade social e econômica. Era nesse período que os trabalhadores destinavam partes de seus rendimentos para poupanças, endereçadas para o futuro dos filhos, para a velhice ou mesmo para as crises sociais que viessem a acontecer. Com o advento da sociedade pós-industrial, Bell aponta que o princípio organizador continua sendo o economizar, entretanto, em um sentido diferente. Esse modo de organização entende o economizar como “uma maneira de atribuir recursos de acordo com os princípios de redução de custos, otimização, maximização, etc.” (BELL, 1977, p. 26). Ou, ainda, economiza-se como forma de otimização, como maneira de retirar do capital o máximo de sua produtividade.

Quanto à vida política, a sociedade pós-industrial trouxe como novidade a centralidade dos processos participativos. A sociedade industrial primava pela organização de governos centralizados, muitas vezes autoritários e ditatoriais, em inúmeros países. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, modelos político-econômicos planejados davam a tônica da organização política, fosse nas economias do Estado de Bem-Estar Social, fosse nas economias socialistas. Bell (1977, p. 26) aponta que, no pós-industrialismo, “o princípio axial da política moderna é a participação, por vezes mobilizado ou controlado, por vezes exigido de baixo para cima”. Os processos políticos poderiam tornar-se participativos, na medida em que, não havendo maiores segmentações ideológicas, todos os indivíduos valorizariam a democracia, entendida como liberdade política. Outra condição para essa abertura seria o fato de que os trabalhadores, ao se tornarem mais qualificados, teriam mais condições de escolha de seus governantes.

No ponto de vista cultural, Daniel Bell localiza as modificações mais importantes. As grandes organizações coletivas, como sindicatos, partidos políticos ou quaisquer associações coletivas, fundamentais na organização da sociedade industrial, estavam em um processo de declínio. Conforme o sociólogo, “o princípio axial da cultura é o desejo de realização e o aprimoramento do eu” (BELL, 1977, p. 26). Estariam sendo reforçados pela sociedade pós-industrial princípios de individualização, em que o que conta é a autoqualificação e os

cuidados com seu próprio desempenho. A qualificação do sujeito como preparação para o trabalho também sofre alguns deslocamentos, uma vez que os saberes operacionais vão sendo substituídos pelos saberes técnico-científicos. O saber-fazer das linhas de produção é atravessado pelo saber-saber das novas tecnologias.

As instigantes análises de Daniel Bell, seja na estrutura social, seja na política ou na cultura, conduziam a uma nuance central na caracterização da sociedade pós-industrial: o imperativo de que a ciência e a tecnologia seriam os novos vetores do mundo do trabalho.

Finalmente, a significação da sociedade pós-industrial é a seguinte: 1) Ela reforça o papel da ciência e dos valores cognitivos, como necessidade institucional básica da sociedade. 2) Ao tomar decisões de maneira mais técnica, ela traz o cientista ou o economista mais diretamente para dentro do processo político [...]. (BELL, 1977, p. 60)

Entendendo o trabalho na sociedade pós-industrial como atravessado pela ciência e pelos valores cognitivos, Bell (1977, p. 27) seguirá argumentando que estaria em trânsito “a mudança de uma economia de produção de bens para uma de serviços”, o que traria implicações para a organização da vida dos sujeitos. Na medida em que a lucratividade e a produtividade seriam os índices de verificação do sucesso dessa sociedade, os próprios trabalhadores pós-industriais primariam por esses conceitos em suas vidas pessoais. Esses fatores “constituem a prova de que estão sendo atendidas as exigências do mercado e as da distribuição eficiente dos recursos” (BELL, 1977, p. 313). Os modos como as novas organizações do capitalismo operam no âmbito das subjetividades já foram abordados no item anterior, quando se mostrou o liberalismo como um regime de práticas de governmentação.

Avançando na descrição destas condições de possibilidade, mostrar-se-á, agora, os modos como alguns teóricos contemporâneos prolongam, concordando ou não, as teorizações do sociólogo Daniel Bell, produzidas nos anos 1970. O autor preferencial escolhido para operar neste momento foi Richard Sennett (2001, 2006), um dos expoentes da Sociologia contemporânea que teoriza o trabalho. Sennett, ao explicar as relações de trabalho na cultura do “novo capitalismo”, procura mostrar as modificações também ocorridas nas subjetividades dos trabalhadores deste tempo. Deste momento em diante, serão problematizadas algumas pontuações apresentadas pelo sociólogo.

Uma das condições explicadas por Sennett são as formas pelas quais, na atualidade, as relações de trabalho se tornaram flexíveis. Talvez não sejam mais encontradas pessoas que dedicaram boa parte de suas vidas ao mesmo emprego ou que planejem suas carreiras em longo prazo. Isso encaminha a duas situações: uma delas é o “fim do emprego vitalício”, a outra é “o desapare-

Universitários flexíveis: a gestão dos talentos no capitalismo contemporâneo

cimento das carreiras inteiramente dedicadas a uma mesma instituição” (SENNETT, 2006, p. 30). A pauta social desse novo capitalismo prima pela instabilidade.

Enfatiza-se a flexibilidade. Atacam-se as formas rígidas de burocracia, e também os males da rotina cega. Pedese aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais. (SENNETT, 2001, p. 9)

As configurações desse “capitalismo flexível” (SENNETT, 2001) apontam para um deslocamento dos sentidos tradicionais de carreira e de trabalho. “A flexibilidade hoje traz de volta esse sentido arcano de *job*, na medida em que as pessoas fazem blocos, partes de trabalho, no curso de suas vidas” (SENNETT, 2001, p. 9). Diferentemente do trabalhador dócil e disciplinado das sociedades industriais, a contemporaneidade dá condições para a emergência para um “trabalhador flexível”, alguém capacitado para a vulnerabilidade do próprio mercado em que está inserido, ou, ainda, um sujeito maleável (polivalente), capaz de exercer múltiplas atividades ao longo de seu tempo de trabalho. Este sujeito mobiliza-se para encontrar suas potencialidades naturais (seus talentos) e nelas fazer investimentos para manter-se no mercado de trabalho.

Esta ênfase na ideia de flexibilidade não apenas produz ressonâncias nos processos de trabalho, como também se constitui como um imperativo da vida social desse capitalismo. Os sujeitos e as instituições fazem da flexibilidade um modo de organização.

‘Flexibilidade’ designa essa capacidade de ceder e recuperar-se da árvore, o teste e a recuperação de sua forma. Em termos ideais, o comportamento humano flexível deve ter a mesma força tênsil: ser adaptável a circunstâncias variáveis, mas não quebrado por elas. A sociedade hoje busca meios de destruir os males da rotina com a criação de instituições mais flexíveis. As práticas de flexibilidade, porém, concentram-se mais nas forças que dobram as pessoas. (SENNETT, 2001, p. 53)

Uma segunda condição explorada por Sennett é a forma pela qual esse capitalismo fez aparecer novas relações de tempo. Essas novas relações dão ênfase ao curto prazo e às práticas imediatizadas. Não há espaço para longos prazos. Dizer que “não há longo prazo significa mudar, não se comprometer e não se sacrificar” (SENNETT, 2001, p. 25). Os planejamentos de metas operam em curto prazo, os turnos de trabalho flexíveis evitam uma rotinização. As próprias subjetividades dos trabalhadores estariam voltadas para o curto prazo, pois estariam “preocupadas com as habilidades potenciais e dispostas a abrir mão das experiências passadas” (SENNETT, 2006, p. 14). Prima-se, en-

fim, por uma subjetividade flexível que produza um campo de movimentação em curto prazo.

Movimentar-se pelas tramas dessa configuração do capitalismo implica aceitar a incerteza como característica das relações sociais. A incerteza deixa de ser uma situação ocasional, ligada a crises econômicas, políticas ou ambientais. “O que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo” (SENNETT, 2001, p. 33). Nesse sentido, podemos colocar a incerteza como uma das condições de experienciar o trabalho na contemporaneidade. Desse estado permanente de incerteza emerge a chamada empregabilidade como a possibilidade de o trabalhador manter-se ativo no mercado de trabalho.

A terceira condição que se busca no sociólogo para explicitar as condições deste novo tempo são as três modificações ocorridas no capitalismo social que deram possibilidade para a emergência da cultura de um novo capitalismo, no período posterior à Segunda Guerra. A primeira modificação apontada pelo autor refere-se aos modos de administração das grandes empresas, que teriam sido deslocados de uma perspectiva “gerencial” para uma perspectiva “acionária”, mostrando o caráter pulverizado da nova organização do capital. A segunda modificação apontada por Sennett remete às formas como essa nova cultura organizacional fez a explícita opção pelos resultados de curto prazo, produzindo uma espécie de “capital impaciente” (SENNETT, 2006, p. 43). A terceira modificação refere-se ao desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação e da informação. O sociólogo explica que, nessa cultura em que o capitalismo age de forma impaciente, as comunicações se tornaram centrais, uma vez que “as comunicações em escala planetária tornaram-se instantâneas” (SENNETT, 2006, p. 44). A produção das subjetividades na cultura desse novo capitalismo irrompe tramada por essas novas configurações e potencializada pela ação das mídias contemporâneas. Para manter-se empregável, torna-se importante, neste novo cenário, os investimentos que o sujeito deve fazer em sua carreira. O imperativo deste novo capitalismo está no gerenciamento, objetivo e subjetivo, dos talentos individuais.

Gerencie seus talentos!

Historicamente a noção de vocação apresentava uma conotação religiosa. Ser um vocacionado movia-se em um campo de significação que posicionava o sujeito como possuidor de disposição natural, talento ou dom para a realização de alguma tarefa – características inatas de alguém que já nascia destinado. Em articulação com a estratégia da conquista, mostrar-se-á como se tem notado que, nas paisagens da contemporaneidade, marcadas pelo neoliberalismo, a perspectiva da vocação ganha uma nova significação, ainda ligada a um chamado natural, mas agora distante do chamado divino.

Universitários flexíveis: a gestão dos talentos no capitalismo contemporâneo

O sujeito universitário, nas páginas de Vestibular/ZH, é chamado a servir com seus talentos naturais ao mercado, princípio organizador das sociedades liberais. Na versão norte-americana do neoliberalismo, sob os princípios da teoria do capital humano, a relação entre o sujeito e a escolha do seu trabalho movimenta-se sob dois componentes: “compreendendo um dom natural genético e um conjunto adquirido de capacidades produzidas, como resultado do investimento privado na educação e em recursos culturais similares” (PETERS, 2002, p. 221).

Os modos de pensar o sujeito nestes tempos alteram-se para uma perspectiva que posiciona o mercado como eixo regulador da vida social e, como tal, tende a exercer uma forma de governo que vai muito além do domínio do econômico. Assim, entende-se, das enunciações e visibilidades do material analisado, que o chamado vocacional emana de outro princípio metafísico: as relações de mercado. A racionalidade governamental que operara nesse campo convida os sujeitos universitários a produzirem e gerenciarem os seus talentos para manterem-se ativos do ponto de vista econômico. Sendo o mercado bastante volátil, a meta desse gerenciamento aproxima-se da busca de uma segurança na carreira.

Isto equivale a dizer que ele não tem em sua natureza (ou carrega em si) um a priori econômico, mas, pelo contrário, que ele é alguém que pode e deve ser levado a se comportar dessa ou daquela maneira no mundo da economia – o que, na lógica neoliberal, equivale a dizer simplesmente no mundo. (VEIGA-NETO, 2000, p. 197)

Dessa forma, dizer que determinada profissão traz consigo a exigência de uma vocação ou de um talento natural não se constitui como um problema em si mesmo. Isso não quer dizer que seja contrário ou não à lógica da vocação, pois, o distanciamento desse entendimento inatista de conhecimento não é uma questão que desafiadora. Apenas se enfatiza que essa narrativa do gerenciamento dos talentos, nos materiais analisados, está a serviço de uma lógica do mercado, ou seja, a vocação emergente dessas tramas emana de outro deus, ou, ainda, de outro centro regulador. Essa perspectiva estabelece uma aproximação com a racionalidade anteriormente descrita, pois, tal como se consegue ler nos materiais de pesquisa, a conquista somente seria efetiva aos vocacionados, isto é, para poucos, para aqueles que seguiram o chamado de algumas profissões e aceitaram gerenciar seus talentos conforme o caminho proposto por Vestibular/ZH. A seguir, serão apresentadas algumas das recorrências nas quais se consegue visualizar tais enunciados.

– Nos currículos, as **instruções militares** se misturam às disciplinas, e o **estudante precisa estar preparado para desenvolver o corpo e a mente com muita disciplina.**

– É como a **Medicina** ou o **sacerdócio**: é preciso **ter vocação e se dedicar integralmente.** Aqueles que pensam que terão apenas um emprego não

Roberto Rafael D. da Silva

conseguirão se adaptar – alerta o chefe da seção de Comunicação Social do Comando Militar do Sul, coronel Eduardo Pantoja.

(Fonte: Vestibular/ZH, Edição 515, 30 de agosto de 2006)

– Tendo optado pela arma de Cavalaria, aos 27 anos, o 1º tenente Ustra é hoje oficial do 3º Regimento de Cavalaria de Guarda – Regimento Osório. E não se arrepende da **escolha**: as noites de pouco sono, **muito estudo e vigília constante** lhe renderam a **estabilidade** e a **despreocupação com o mercado de trabalho**.

– Nos formamos e temos **emprego garantido**. Quem sai de uma faculdade ainda tem de procurar oportunidades – diz.

(Fonte: Vestibular/ZH, Edição 515, 30 de agosto de 2006)

A edição 515 do caderno Vestibular/ZH apresenta as carreiras militares e, para visibilizar tal objetivo, utiliza as falas de dois jovens bem-sucedidos na carreira militar. A lógica com a qual a noção de talentos se articula é a estabilidade na carreira escolhida ou a despreocupação com o mercado de trabalho. Entretanto, há o caráter construído dessa noção: esse talento é lido como produto de uma escolha. Diferentemente daquela clássica noção de vocação associada a uma abnegação por uma causa metafísica, essa noção agora é regida por um princípio de escolha. Veiga-Neto (2000) mostra como esse sujeito produzido no liberalismo contemporâneo, por ele caracterizado como “sujeito-cliente”, é marcado pelo seu potencial de escolha. “Este sujeito-cliente é entendido como portador de uma faculdade humana fundamental, que seria anterior a qualquer determinação social: a capacidade de escolher” (VEIGA-NETO, 2000, p. 199). Assim, em um primeiro momento, essa racionalidade está aproximada da noção de capacidade de escolha. É tamanha a ênfase atribuída à escolha de uma carreira militar que, aparentemente, nem mesmo há uma diferenciação entre emprego e vida. Você é o seu trabalho!

Outra possibilidade que se movimenta nas margens dessa estratégia remete à perspectiva de que, para a realização do talento, se faz preciso um conjunto de saberes prévios. Um estudante apenas se tornará um bom desenhista se já possuir bons conhecimentos na área, por exemplo. Isso talvez reafirme os modos como essa racionalidade não apenas assume a perspectiva da escolha como princípio, como também a coloca no registro dos saberes adquiridos. O talento é construído nas condições de aprendizagem de cada sujeito. Os fragmentos abaixo apontam algumas dessas visibilidades.

– **Quem busca a vaga no curso de Música deve demonstrar habilidade** com um instrumento. Para o Teatro, o candidato deverá representar um dos monólogos indicados pela Universidade, ainda a serem definidos. E para as Artes Visuais, **os vestibulandos deverão desenhar**. [...]

– Nós verificamos nas Artes Visuais, por exemplo, a linha, a proporção, a qualidade gráfica que ele tem. Mas **queremos é uma amostra do potencial**, ver se pode ser aperfeiçoado – diz a **coordenadora** da Comgrad em Artes Visuais, Laura Castilhos.

Universitários flexíveis: a gestão dos talentos no capitalismo contemporâneo

(Fonte: Vestibular/ZH, Edição 563, 25 de julho de 2007)

– **Você já imaginou um aluno que não sabe nada de biologia entrar no curso de Medicina?** Ou alguém que não sabe nada da matemática ingressar em uma Engenharia? Pois, da mesma forma, não há como entrar no curso de Música sem saber tocar um instrumento – compara a **professora** Lúcia Becker Carpena, coordenadora da Comissão de Graduação (Comgrad) em Música.

(Fonte: Vestibular/ZH, Edição 563, 25 de julho de 2007)

Assumir os seus talentos naturais e gerenciá-los passa pelo domínio de conhecimentos prévios e, ao mesmo tempo, pela busca da realização pessoal no mercado de trabalho. É preciso reforçar, aqui, o modo como essa racionalidade governamental do gerenciamento dos talentos remete ao campo individual, no qual pode parecer que o chamado seja para realizar-se em um mercado exigente e mostrar também quem está falando nestes últimos dois fragmentos: professoras. Não são *experts* da psicologia, da gestão empresarial ou da economia, mas professoras, o que talvez mostre como esse discurso pedagógico contemporâneo está tramado com discursos empresariais. Nessa ordem do discurso (FOUCAULT, 2006), como todas, marcada por interdições e exclusões, as professoras já estão autorizadas a falar, dada a aproximação de campos discursivos. Procurando explicar um pouco mais, insiste-se que a professora dirige a formação de seus alunos para uma lógica empresarial, o que não lhe dá legitimidade para falar sobre a área empresarial. A capa que segue mostra um destaque atribuído ao enunciado da vocação.



A capa, em um dos boxes à direita, ao lado da manchete principal, mostra a ideia de duplicidade vocacional, ou seja, além de realizar-se na escolha de uma profissão, ainda é importante realizar-se na função social que ela representa (no caso, a militar). Talvez seja possível constatar que essa dupla

Roberto Rafael D. da Silva

realização (conquista e vocação/talento) encaminhe para uma combinação de que a produção de um sujeito universitário exige uma formação diversificada, mas isso não está apenas no nível da transmissão/construção de saberes, sendo também atravessado por um conjunto de condutas (competências) a serem desenvolvidas. O gerenciamento dos talentos passa a ser uma condição do sujeito universitário contemporâneo. Afinal, o mercado quer os bons!

Para concluir

Considerando as táticas e as estratégias que se movimentam nas tramas enunciativas do caderno Vestibular/ZH, é possível afirmar que elas operam na condução das condutas dos sujeitos universitários. Quando se analisam os modos pelos quais estas condutas são conduzidas, estabelece-se aproximações com o conceito de governamentalidade, produzido pelo filósofo Michel Foucault. Governamentalidade no sentido de uma multiplicidade de práticas de governo que tomam como alvo uma população, fazem dos saberes da economia estratégias de ação e dos dispositivos de segurança seus mecanismos básicos (FOUCAULT, 2008). Logo, pode-se apontar que este produto da mídia visibiliza e multiplica estratégias de regulação das condutas dos sujeitos universitários, tomando como condição de possibilidade as características de uma sociedade neoliberal, como a disseminação da forma empresa (GORDON, 1991) e a novas configurações do mundo do trabalho (SENNETT, 2006).

Desta forma, em Vestibular/ZH foi possível ler um conjunto de estratégias que levavam a um gerenciamento dos talentos dos sujeitos universitários. Sob esta lógica, os próprios estudantes são responsabilizados pelos seus modos de inserção e permanência no mercado de trabalho, seja pela busca permanente de conquistas, seja pelo empresariamento de suas potencialidades. O suplemento colocado em análise é produtivo em táticas e em estratégias que tendem a constituir um sujeito universitário produtivo economicamente, capaz de gerir sua vida pessoal e profissional em uma lógica empresarial, uma lógica de mercado ou, ainda, o sujeito é interpelado a produzir-se em uma cultura de empresa: Universitário S/A!

Referências

- BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1977.
- COSTA, S. S. G. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009a.
- COSTA, S. S. G. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 171-186, maio/agosto, 2009b.

Universitários flexíveis: a gestão dos talentos no capitalismo contemporâneo

DEAN, M. **Governmentality**: power and rule in modern society. Trad. Ricardo Uebel. London: Sage, 1999. p. 9-27.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Trad. Luís Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

GORDON, C. Governmental rationality: an introduction. In: BURCHEL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (Ed.) **The Foucault effect**: studies in governmentality. Chicago: The University of Chicago, 1991. p. 1-50.

Ó, J. R. do. **O governo de si mesmo**: modernidade pedagógica e encarnações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX). Lisboa: Educa, 2003.

PETERS, M. Governamentalidade neoliberal e Educação. In: SILVA, T. T. da (Org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 211-224.

ROSE, N. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, T. T. da (Org.). **Liberdades reguladas**: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 30-45.

SARAIVA, K.; VEIGA-NETO, A. Modernidade líquida, capitalismo cognitivo e educação. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 187-204, maio/ago. 2009.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SENNETT, R. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

VEIGA-NETO, A. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: CASTELO BRANCO, G.; PORTOCARRERO, V. (Orgs.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Nau, 2000. p. 179-217.

Correspondência

Roberto Rafael Dias da Silva – Rua João Manoel Correa, 167, CEP 95680-000 – Centro – Canela (RS).

Recebido em 29 de março de 2010.

Aprovado em 21 de junho de 2010.